

ACTA N.º 03/2006

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia trinta de Junho de dois mil e seis.

Aos trinta de Junho do ano dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António Simões Saraiva.

Aberta a sessão, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Rocha, informou que, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, foi convocado o Sr. Manuel Alves Teodoro Fidalgo, na qualidade de candidato imediatamente a seguir na lista do Partido Social Democrata concorrente a este órgão, para preenchimento da vaga ocorrida neste órgão autárquico em virtude do Sr. Adérito de Jesus Carvalho ter renunciado ao mandato. Logo de seguida foi chamado, pela Mesa, o Sr. Manuel Alves Teodoro Fidalgo que, depois de ser verificada a sua identidade e legitimidade, prestou o juramento competente.

Procedeu-se então à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, o Sr. Alberto Carlos Cadima Santos e o Sr. José Carlos Vitorino Ferreira, que justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Verificou-se, igualmente, que não estava presente a Sra. Eng.ª Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, que não remeteu justificação relativa à sua ausência.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de vinte e oito de Abril de dois mil e seis, tendo sido aprovada por maioria, com seis abstenções.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apresentação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Depois, após o Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida, o Sr. Dr. Simões Saraiva deu conhecimento que o Sr. José Manuel da Silva Marques, residente na localidade de Pedras Ruivas, freguesia de Seixo da Beira, se inscreveu para intervir no período de “Intervenção do Público”. Apesar do Regimento estipular que este período tem

lugar no final de cada sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs que este se realizasse no início, para o munícipe não tivesse que ficar até final da reunião, o que foi aprovado por unanimidade.

Assim, tomou a palavra o Sr. José Manuel da Silva Marques que, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, solicitou informação sobre o ponto de situação da execução das redes de abastecimento de água, recolha de efluentes e iluminação pública do lugar de Pedras Ruivas.

O Sr. Presidente da Câmara informou que, relativamente às redes de água e saneamento, já se encontra a ser elaborado o projecto para a sua execução, enquanto que, no que respeita à iluminação pública, irá concertar a sua resolução com respectivo Presidente da Junta de Freguesia.

Seguidamente, entrou-se no período antes da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra ao Sr. Rui Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de iniciar gostava de propor a esta Assembleia a aprovação de três votos de louvor. Pedia à Mesa para serem votados no final da minha intervenção.

Sem querer, com a ordem seguinte, classificar como mais ou menos importante cada um deles pois, na minha perspectiva, desde que o nome do nosso concelho seja levado bem alto, esse facto não é relevante, passo a enunciar-los:

- Equipa sénior de basquetebol da Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense, pela conquista do título de Campeão da Pró-Liga, realçando o mérito de ser o terceiro título consecutivo.

- Equipa de Infantis A de Hóquei em Patins do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, pela conquista do título de Campeão Nacional.

- Ao Clube Seita, auto-excluindo-me do mérito alcançado por, mais uma vez, ter realizado uma prova do Campeonato Nacional de Enduro, reconhecida pelo Sr. Presidente da Comissão de Enduro da Federação Nacional de Motociclismo como a melhor do campeonato.

A todas estas associações ou clubes, as minhas sinceras felicitações, fazendo votos para que os êxitos alcançados possam servir de incentivo para que, no futuro, estas e outras entidades concelhias atinjam os objectivos a que se propõem, contribuindo para a promoção e engrandecimento de Oliveira do Hospital.

Findo este primeiro ponto, gostaria então de fazer referência a mais algumas iniciativas, que acho louváveis, direccionadas pela Câmara Municipal aos jovens do concelho.

Em primeiro lugar, voltaria à minha intervenção da última Assembleia Municipal, onde destaquei a excelente ideia de criação do programa “Férias Ocupadas”. Ao contrário do que muitos poderiam pensar ou até talvez desejar, a adesão a este programa revelou-se enorme. Vão ser mais de duzentos os jovens que, por iniciativa da Câmara Municipal, irão estar ao serviço da comunidade, ocupando o seu tempo livre e fazendo algo de útil e positivo pela sua localidade e, conseqüentemente, pelo nosso concelho.

Em segundo lugar, a realização da Semana da Juventude.

É com enorme satisfação que vejo o Conselho Municipal de Juventude, no qual eu, enquanto Presidente da Juventude Social-Democrata, tive a honra de participar, colaborar com a Câmara Municipal na realização deste evento.

Apelo à participação de todos, em especial dos jovens, pois este ano sem dúvida, temos uma Semana muito mais completa, com diversas iniciativas de âmbito desportivo das quais – permitam-me destacar – o Torneio de Futebol 4x4 Carlos Martins e a Prova de Triatlo a realizar no Domingo, dia 16 de Julho, com terminus em Avô, na magnífica praia fluvial da Ilha do Picoto.

Sem esquecer as sessões de cinema ao ar livre, o concerto de Domingo, dia 9 de Julho, de BossAC, um dos mais reputados artistas nacionais do momento e também não menos importante o 1º Fórum da Juventude, a realizar no auditório da Casa da Cultura, com temas da maior relevância para a sociedade em geral e para a juventude em particular.

Uma palavra de reconhecimento ao atleta Carlos Martins. Foi com emoção que vi este jovem da nossa terra associar-se a esta iniciativa. Podendo estar de férias, ausente em parte incerta, não quis passar ao lado deste evento e quando convidado pela Câmara Municipal para ser o Patrono da Semana da Juventude, não hesitou em aceitar.

Para ele o meu muito obrigado.

Espero poder agradecer a outros jovens nos próximos anos. Era sinal que continuaria a existir Semana da Juventude e que outros Oliveirenses, no Desporto ou em qualquer outra área, se destacariam pela sua qualidade no panorama nacional.

Não poderia terminar sem deixar aqui um apelo a todos aqueles que criticam o que se faz e o que não se faz, pois quando lhes é dada a oportunidade de estarem presentes e de se pronunciarem, optam pela ausência, transmitindo a ideia de que o Conselho Municipal da Juventude não reúne, não debate, não colabora, em suma, não funciona.

Pena é que a participação nas reuniões do Conselho Municipal da Juventude se resume, desde a sua criação, a uma média de cinco ou seis presenças, nas quais não se contam os críticos habituais. A esses apelo à participação, certo, no entanto, de que, com a sua presença ou não, este órgão irá continuar a desenvolver os objectivos que lhe são inerentes.”

Posta à votação a presente proposta de votos de louvor, efectuada pelo Sr. Rui Abrantes, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Depois, tomou a palavra o Sr. Carlos Mendes que fez a seguinte intervenção:

“Começo por propor a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de uma pessoa que veio para esta terra há quase quatro anos, que conviveu com muitos de nós durante muito tempo; uma pessoa por quem eu nutria alguma simpatia e, se calhar, muitos de vós também: o Dr. Cunha Torres, Professor da Escola Superior de Oliveira do Hospital. Foi uma pessoa que, durante os anos que cá esteve, lutou por esta Escola, comprou casa, viveu aqui, passou as noites e os dias connosco.

O seu desaparecimento foi uma perda para o concelho de Oliveira do Hospital e para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão.”

Depois desta intervenção, o Sr. António Lopes pediu a palavra para dar conhecimento que também pretendia propor um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Cunha Torres, tendo o Sr. Carlos Rocha procedido à leitura do mesmo:

“O Dr. Cunha Torres, professor de engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra, teve um papel destacado na implantação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, tendo sido Presidente do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico, cargos que exerceu com grande empenho e competência.

A sentida e reconhecida homenagem que a comunidade escolar da ESTGOH lhe prestou, é bem o exemplo do respeito e carinho que o Dr. Cunha Torres tinha na sua escola.

Tendo sido autarca, como Presidente de Junta de Freguesia de Antuzede, do concelho de Coimbra, teve ao longo da sua curta vida uma postura de defesa incondicional dos valores de Abril.

Reconhecendo o valor do seu percurso académico, de autarca, de democrata consequente, de homem generoso, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital expressa à família do Dr. Cunha Torres sentidas condolências pelo seu prematuro desaparecimento.”

Seguidamente, a Mesa pôs à votação as duas propostas de voto de pesar, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Retomando a palavra, o Sr. Carlos Mendes felicitou a Câmara Municipal pelas beneficiações que tem feito na Bobadela ao longo das três últimas décadas, congratulando-se especificamente com a recente recuperação do Fórum Romano. No entanto, manifestou preocupação pelo facto do trânsito de veículos continuar a ser feito pela zona ora objecto de intervenção, uma vez que tal situação irá originar, com o decorrer do tempo, a danificação daquele espaço que devia ser preservado.

Continuando, referiu que, na sua opinião, o I.P.P.A.R. certamente que desconhecia que o trânsito continuaria a ser feito naquela zona depois da conclusão do investimento. Assim, recomendou que, com urgência, seja encontrada outra solução para a circulação de veículos, seja ela feita através de uma circular à Bobadela, de alternância de trânsito numa rua daquela localidade ou de qualquer outro meio que evite a degradação daquela “sala de visitas do concelho”.

Por fim, o Sr. Carlos Mendes solicitou informação sobre quais os motivos que estiveram subjacentes ao pedido de demissão do Director Executivo da Eptoliva e se já estava previsto quem seria o próximo responsável daquela escola.

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Aristides Costa, para fazer a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui hoje é a homenagem que o Sr. Dr. Vasco de Campos irá ter no próximo Domingo: enaltecer as suas qualidades, que já foram enaltecidas por muitos que talvez tenham muito melhores dotes oratórios do que eu. No entanto, como convivi com ele praticamente no dia-a-dia e como tenho alguns casos que vivi com ele, lembrei-me de trazer hoje

uma dessas situações – na qual também fui interveniente – e que demonstra o que era o seu amor pelo próximo e o seu espírito de sacrifício:

Passou-se em Fevereiro do já longínquo ano de mil novecentos e sessenta e oito e, estava eu a dar os primeiros passos na vida autárquica – na qual entrei por iniciativa do Sr. Dr. Vasco –, dirigi-me a sua casa a fim de tratar de um assunto em que precisava do seu conselho amigo, quando verifiquei que havia alguma inquietação na sua família, incluindo naqueles que, não o sendo, eram tratados como tal.

O Sr. Dr. Vasco tinha saído para ir assistir um doente a Gondufo, uma aldeia da freguesia de Vide, perdida na serra, e o tempo agravou-se de tal ordem que o automóvel em que se deslocara não conseguia subir a elevada subida que era preciso vencer para chegar à estrada florestal que o conduziria de volta a Avô. Dado não ter outro caminho, conseguiu ir ter a casa do guarda florestal – salvo erro, de nome José Moreira – que enviou um mensageiro à Vide para telefonar à família, a fim de dar conhecimento do que se estava a passar e para mandarem um tractor que pudesse rebocar o carro.

Foi chamado o chauffer Fernando, de Anseriz, e com ele a conduzir, encarrapitado (desculpem o termo) em cima do tractor, lá fomos – eu e o Dr. Vasco Manuel –, socorrer o Sr. Dr. Vasco de Campos.

Com o tempo de chuva e nevoeiro, valeu a experiência do chauffer, que já conhecia o emaranhado de caminhos da serra, para chegarmos ao local. Chegámos a Avô, nessa memorável noite, às três da madrugada.

Como este, muitos casos havia para ilustrar a vida de sacrifício, abnegação e de amor ao próximo do Sr. Dr. Vasco de Campos. Foi, realmente, um Homem notável, extraordinário, com um espírito de sacrifício e uma vida de sacerdócio, que era impossível de verificar nos tempos actuais.

Portanto, acho que todas as homenagens que lhe prestem nunca são demais.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino que começou por concordar com a intervenção do Sr. Rui Abrantes, concretamente no que respeita ao facto de muito haver a realçar na área do desporto. Seguidamente, propôs a aprovação de um voto de louvor à equipa feminina de Futsal da Escola Básica Integrada da Cordinha, por se ter sagrado Campeã Regional e Distrital daquela modalidade, na época 2005/2006, tendo sido aprovado por unanimidade.

Continuando, ressaltou a vitória, contra o Futebol Clube do Porto, da Equipa de Infantis A de Hóquei em Patins do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, que constituiu um momento único, não subestimando a vitória alcançada pela Equipa Sénior de Basquetebol da Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense. Ser campeão nacional, seja em que modalidade for, prosseguiu, implica espírito de sacrifício, trabalho de organização e o trabalho de muitas pessoas, que devem ser enaltecidas.

Em seguida, congratulou-se com o facto de, em princípio, o Futebol Clube de Oliveira do Hospital vir a ter uma Direcção, bem como por ter havido uma reunião com o Presidente da Câmara Municipal na qual houve a

disponibilidade da autarquia apoiar este novo projecto, dentro das suas possibilidades.

Alertou ainda o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira para o facto de ter verificado hoje que havia excrementos no açude da Quinta da Ribeira, situado naquela freguesia, o que pode demonstrar um mau funcionamento da respectiva E.T.A.R.. Por fim, chamou a atenção para a necessidade de se proceder à despoluição dos rios do concelho, concretamente do Cobral e do Seia, o que também passa por adequados sistemas de tratamento de efluentes, responsabilidade do Município.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. António Lopes, que iniciou a sua intervenção agradecendo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal as palavras e referências elogiosas que lhe dirigiu numa entrevista que deu recentemente e para dizer que tomou nota da solicitação que fez na última sessão da Assembleia Municipal. No entanto, prosseguiu, já há trinta anos que participa na política, tendo sido candidato a deputado da Assembleia da República, pelo que não é inexperiente nesta matéria. Esclareceu ainda que nada tem contra as pessoas por serem de um ou de outro partido; tem sim contra políticas, contra formas de estar e contra a forma como se exercem os cargos. Assim, na sua opinião, acontecem determinadas coisas em Oliveira do Hospital que não são comuns e a crispação existente a nível político acaba por ter algumas consequências negativas na vida do concelho. Deste modo, pensa que tudo pode ser tratado de uma outra forma, com mais elevação, ficando muitas vezes chocado com políticas são levadas a efeito, quer a nível local quer nacional.

O Sr. António Lopes prosseguiu a sua intervenção dando conhecimento que entregou alguns requerimentos à Mesa no sentido da Câmara Municipal prestar algumas informações sobre como vai ser assegurado o abastecimento de água na época de Verão que agora se inicia e sobre os problemas que continuamente existem em alguns sistemas de recolha e tratamento de efluentes e que põem em causa a saúde pública. Informou ainda que também tinha solicitado a análise das questões relacionadas com a floresta mas que tal situação ficará preterida, dado o agendamento da apresentação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios nesta sessão da Assembleia Municipal.

No que diz respeito ao âmbito desportivo, congratulou-se com os votos de louvor hoje propostos e aprovados e fez um reparo à Câmara Municipal por não ter feito uma recepção nos Paços do Município à Equipa de Infantis A de Hóquei em Patins do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, pela conquista do título de Campeão Nacional. Aproveitou ainda para solicitar um esclarecimento sobre o facto de, na última sessão, o Sr. Presidente da Câmara ter informado que estava a ser dado apoio à ARCED e, posteriormente, ter recebido uma carta dos pais das crianças que frequentam aquela escola dando conhecimento de que tal não correspondia à verdade.

Depois, voltou a lembrar a necessidade de se proceder à correcção da Rua do Colégio, devido às dificuldades que alguns veículos têm em entrar

naquela via, sugerindo que, no mínimo, seja colocada sinalização de proibição de circulação de pesados com mais de três mil e quinhentos quilos.

Solicitou também informação sobre o ponto de situação do pedido que foi formulado por um grupo de jovens da Póvoa de São Cosme para utilização do edifício da antiga escola primária para as suas actividades e ainda no que respeita a esta localidade, chamou a atenção para a necessidade urgente de ser arranjada a Rua dos Cabecinhos, uma vez que está quase intransitável.

Por fim, manifestou a sua preocupação pela hipótese da Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Vilela vir a encerrar, nomeadamente pelo facto da Escola de Nogueira do Cravo – que acolherá os alunos – não proporcionar as melhores condições físicas e pedagógicas.

Interveio, depois, o Sr. Dr. Manuel Garcia para fazer uma referência ao facto de hoje terminar a I Expo Social deste município, tendo considerado que tinha sido “mais uma excelente actividade promovida pela Câmara Municipal e pelas IPSS concelhias”.

Esta acção, que se iniciou com a “Feirinha”, em Lagares da Beira, e que culminou com a realização da Expo Oportunidades, proporcionou uma importante dinâmica entre as gerações, a partilha de conhecimentos e a abordagem de algumas problemáticas associadas aos temas da Expo.

Durante esta semana foram levadas a efeito as seguintes actividades:

□ No dia vinte e cinco de Junho, foi realizada a “Feirinha”, em Lagares da Beira, que reuniu a quase totalidade das IPSS do concelho.

□ A vinte e sete teve lugar a Expo Júnior, no Parque do Mandanelho, que incluiu actividades com cerca de quinhentas crianças utentes dos Jardins de Infância e dos ATL das IPSS concelhias: insufláveis, animadores (pinturas faciais, modeladores de balões, equilibristas, palhaços e ilusionistas), gincana com jogos tradicionais, pintura e jogo do ecoponto, aeróbica, almoço-convívio e actividades de promoção de saúde – higiene oral.

□ No dia vinte e oito foi realizado, no Auditório da Casa da Cultura, o seminário “Novos Desafios... Novas Atitudes”, que contou com mais de cem participantes, e teve o seguinte programa: a abordagem dos temas “O Lugar do Idoso na Família”, “Menores em Risco” e “Mediação Escolar”, bem como a apresentação do Projecto e Equipa da Rede de Cuidados Continuados – Centro de Saúde – e do Projecto “A.G.I.R. – Antecipar para Garantir, Intervir para Reparar”. O seminário incluiu ainda a actuação do “Grupo dos Avós da Cordinha” e um lanche-convívio.

□ Foi também realizado, no dia vinte e oito, um Concerto para Bebés, uma actividade direccionada para bebés até aos dezoito meses, cuja animação esteve a cargo dos professores do Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital e que teve um número de bebés participantes superior a trinta.

□ A Expo Sénior teve o seu dia a vinte e nove de Junho, com a realização, no Parque do Mandanelho, de actividades com cerca de quatrocentos idosos utentes das IPSS concelhias: jogos tradicionais, Missa campal, almoço-convívio, animação musical, desfile de trajes regionais e

promoção da saúde, através da divulgação do Gabinete do Utente do Centro de Saúde.

□ Hoje, trinta de Junho, terminou com a Expo Oportunidades, que incluiu actividades com os cidadãos portadores de deficiência utentes das IPSS concelhias, no Parque do Mandanelho: jogos tradicionais, almoço-convívio e animação musical.

Depois da explanação do que consistiu a I Expo Social, o Sr. Dr. Manuel Garcia terminou a sua intervenção dando os parabéns à Câmara Municipal e às IPSS do concelho por esta iniciativa, que, na sua opinião, deve levar todos a pensar mais no futuro das crianças, dos idosos e dos deficientes, melhorando as condições de vida destes grupos mais vulneráveis do concelho.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. António Raúl Dinis Costa, que iniciou a sua intervenção agradecendo a todos os que visitaram a exposição “Memórias e Saberes de Lagares da Beira Século XX” e reiterando o convite aos que ainda o não fizeram. Esta exposição, continuou, tem tido uma afluência muito acima do que era esperado, pelo que foi decidido mantê-la até final do mês de Setembro.

Depois, referiu-se também ao sucesso alcançado pela realização, no dia vinte e cinco de Junho, da “Feirinha”, integrada na I Expo Social, conforme já foi referido pelo Sr. Dr. Manuel Garcia.

Por fim, congratulou-se com o início dos trabalhos da rede de água, da rede de saneamento e da pavimentação do Caminho do Borrhal, com ligação à Quinta da Pica, em Lagares da Beira, obra há muito ansiada.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu, que começou por reiterar a intervenção do Sr. Raúl Costa no que diz respeito à exposição “Memórias e Saberes de Lagares da Beira Século XX”. Referiu que também é de opinião que aquela mostra é algo que, para além de inédito, tem um valor incomensurável, não apenas pelo seu conteúdo mas também pela estrutura científica que anima e que dá corpo ao projecto, pelo que Lagares da Beira e o concelho estão de parabéns pelo trabalho ali realizado.

Congratulou-se, depois, com os votos de louvor hoje aprovados relativamente a êxitos desportivos no concelho e aproveitou a ocasião para dar conhecimento que, no passado fim-de-semana, realizou-se em Meruge o III Torneio Nacional de Damas. Este evento foi, pela primeira vez, inscrito no Campeonato Nacional da Federação Portuguesa de Damas e contou com a participação dos melhores jogadores nacionais da modalidade. No entanto, continuou, verificou que esta actividade não é muito reconhecida pois, a prová-lo, está o facto dos órgãos de comunicação locais não terem feito a sua divulgação e cobertura, apesar de terem recebido uma nota de imprensa a dar conhecimento da sua realização. Contudo, prosseguiu, a comunicação social nacional deu a relevância merecida a este evento. Ainda relativamente a este assunto, o Sr. João Abreu agradeceu o apoio prestado quer pelo Município, quer pelas empresas que colaboraram na atribuição dos prémios.

Seguidamente, solicitou informação sobre o ponto de situação da execução do I.C. 6 e do I.C. 7, bem como da adesão do município ao sistema

multi-municipal das Águas do Zêzere e Côa, processos que pensa ser de todo o interesse a sua abordagem em cada sessão da Assembleia Municipal.

Prosseguindo, o Sr. João Abreu propôs que, tendo em conta a moção aprovada pela Assembleia Municipal de total oposição ao eventual encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital no período nocturno, e considerando as informações contraditórias que têm existido sobre esta matéria, fosse criada uma comissão – com um membro de cada partido com representação neste órgão e os Presidentes dos dois órgãos do município – no sentido de ser solicitada, com urgência, uma reunião ao Dr. Fernando Regateiro, Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro, para abordagem das questões relacionadas com o funcionamento daquele serviço.

Por fim, propôs a aprovação da seguinte moção:

“A proposta do Governo agora apresentada, confirma as piores expectativas quanto à natureza, objectivos e soluções nela contidos. Na verdade, o seu conteúdo deixa claro que o que preside a esta iniciativa é, não o reforço e recuperação da capacidade financeira das autarquias, mas sim aliviar o Orçamento de Estado do volume de transferências para as autarquias, aumentar o regime de instabilidade a que o seu financiamento tem sido sujeito e reduzir a função redistributiva e o papel de coesão que a Lei das Finanças Locais deve ser chamada a desempenhar.

A proposta de lei do Governo assenta em três eixos fundamentais e convergentes no ataque à autonomia das autarquias, em particular à sua autonomia financeira, – limitação da capacidade de financiamento e de endividamento, natureza do financiamento e tutela de mérito –, expressos na:

- Redução do montante global de financiamento dos municípios pela diminuição de 30.5 para 25% da média aritmética do IRS, IRC e IVA – correspondente a um corte efectivo de 407 milhões de euros e a 18% do total actual – que fica longe de ser compensado pelos 131 milhões de euros que correspondem à participação de 2% do IRS cobrado na área de cada município –; Limitação insustentável da capacidade de endividamento dos municípios;

- Consagração de um princípio, no regime de finanças locais, orientado, ainda que indirectamente, para empurrar as autarquias no sentido de garantirem os recursos de que necessitam através da fiscalidade local e de uma política anti-social de taxas e tarifas; Reposição dos mecanismos de financiamento consignado abolidos com o regime democrático através da criação de um novo fundo – Fundo Social Municipal –, de valor reduzido (147 milhões de euros), inteiramente afecto ao exercício de novas competências unilateralmente impostas pelo Governo;

- Para além desta forma afrontosa de tutela, o Governo pretende ainda com esta Proposta de Lei, criar diversos mecanismos de tutela preventiva de sanções administrativas. Fica aberta a possibilidade da intervenção directa do Governo na gestão das autarquias, por meio da declaração de situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Consagra a possibilidade de transferência avulsa de novas competências. Submete a Lei de Finanças Locais às Leis do

Orçamento de Estado e do Enquadramento Orçamental, impossibilitando a gestão autónoma e responsável por mais de um exercício económico, transformando de facto as autarquias em meros serviços desconcentrados.

A consagração na Lei da possibilidade de, por decisão municipal, fazer crescer em mais 3% a parte do IRS cobrado localmente, afectando os municípios, constitui uma operação demagógica e intolerável por parte do Governo:

Primeiro, porque nem com os cerca de 180 milhões que daí resultariam se atingia o nível actual de financiamento dos municípios, pelo que se não descortina como algum deles pode prescindir do valor que lhe caiba;

Segundo, porque aquele mesmo governo que se propõe reduzir as transferências para os municípios e lhes oferece em alternativa um mecanismo de compensação apenas parcial, o faz acusando, cinicamente, a priori as autarquias que o utilizem de não “desagravarem” a carga fiscal sobre as famílias e tomarem os seus territórios menos “competitivos”.

Não se exige que a Lei de Finanças Locais, como qualquer outra lei, seja perene e imutável. A Lei 42/98, em vigor, tem sem dúvida aspectos e disposições a carecerem de correcção, sejam os que se revelaram necessários desde a sua elaboração, quer os que decorrem da sua aplicação e alterações na vida do poder local entretanto ocorridas. O que não é expectável nem legítimo é que, em nome dessas alterações, se procure não o seu aperfeiçoamento numa perspectiva de reforço da autonomia financeira das autarquias, mas sim a consagração de alguns objectivos que o desrespeito pela aplicação da presente Lei foi procurando impor como factos consumados.

Pelo que atrás fica dito, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital manifesta ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Ministro das Finanças o seu desacordo pela presente proposta de Lei das Finanças Locais, e reafirma o princípio da autonomia política e financeira dos municípios.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que, atendendo à complexidade que esta questão apresenta, devia ser ouvida a opinião do Sr. Presidente da Câmara Municipal antes da votação da proposta apresentada pelo Sr. João Abreu. No entanto, tendo em conta que esta sugestão mereceu fortes protestos por parte do Sr. João Abreu por considerar que, deste modo, estava a ser posta em causa a autonomia da Assembleia Municipal relativamente à Câmara Municipal, a Mesa prosseguiu com este ponto, tendo questionado se algum membro pretendia intervir.

Interveio, então, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves que começou por referir que, eventualmente, todos terão críticas a dirigir à proposta de Lei das Finanças Locais. No entanto, continuou, não têm é que aceitar a “forma ostensiva” dos juízos de valor que a proposta apresentada pelo Sr. João Abreu contém e que considerou serem “típicos do partido comunista”. Na sua opinião, concluiu, se a proposta fosse expurgada desses juízos de valor, até poderia considerar a possibilidade de a votar, mas, desta forma, deve a mesma ser devidamente “amadurecida” pela Assembleia Municipal.

Seguiu-se uma intervenção do Sr. João Esteves no sentido de esclarecer que, apesar de considerar que o Sr. João Abreu possa ter razão nas suas alegações em relação à nova Lei das Finanças Locais, não poderia – como certamente muitos membros deste órgão – votar uma proposta sobre algo que não era conhecedor.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que começou por declarar que a proposta de lei é um ataque grave à autonomia financeira dos municípios e das freguesias, pelo que se reserva no direito de, perante este “acto anti-democrático”, fazer todos os juízos de valor que entender, de utilizar todos os adjectivos que quiser e de se sentir humilhado enquanto autarca eleito.

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Carlos Rocha para fazer a seguinte intervenção:

“Só uma leitura mais cuidada permitirá esclarecer dúvidas sobre alguns artigos que nos parecem incompatíveis entre eles e de aplicação geradora de conflitos nos Executivos e nas Assembleias Municipais.

Uma certeza tenho já: com este documento foi criado o princípio da falência técnica das câmaras municipais. Esperemos que o futuro não conduza a uma falência jurídica, com administradores nomeados.

Apenas me parece que a questão central é que o Governo apenas vai dar às autarquias aquilo que o crescimento da economia permitir. Isto que fique de uma vez esclarecido.

Finalmente: não é o fim do mundo para uma pessoa que, como eu, esperava que, um dia, isto iria acontecer. Mas, é para admirar ser proposto por um partido que, na oposição, defendia que “havia mais vida para além do Orçamento”.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por referir que esta lei, no que é a sua concepção, está correcta porque se torna urgente impor limites ao endividamento das autarquias. No entanto, continuou, não pode concordar com alguns princípios que estão contidos na mencionada lei, como é o caso da consignação das receitas. Esclarecendo a sua posição, referiu que, por exemplo, ao consignar o Fundo Social de Coesão a despesas com educação, saúde e acção social, está a ser retirada a autonomia das autarquias locais e a capacidade de gestão de quem está à frente dos respectivos órgãos.

Reportando-se, depois, à proposta apresentada pelo Sr. João Abreu, o Sr. Presidente da Câmara sugeriu que seja enviada à Associação Nacional de Municípios Portugueses, uma vez que esta instituição está a solicitar a contribuição dos órgãos autárquicos na discussão pública da proposta de Lei de Finanças Locais.

Em seguida, tomou a palavra o Sr. João Abreu para referir que estava de acordo com a sugestão do Sr. Presidente da Câmara por não ver qualquer inconveniente em que a posição do município e das freguesias de Oliveira do Hospital sejam do conhecimento do Governo através da Associação Nacional de Municípios. Realçou, no entanto, que o que se torna importante é a existência de uma tomada de posição que vá contra uma lei que apenas irá

trazer a diminuição das receitas das autarquias e, conseqüentemente, dos investimentos no concelho.

Posta à votação a proposta apresentada pelo Sr. João Abreu, com a alteração introduzida no sentido de ser remetida à A.N.M.P., foi a mesma reprovada por dez votos contra e nove a favor.

Tomou, depois, a palavra o Sr. Carlos Mendes para esclarecer que se absteve por não ter conhecimento profundo da lei. No entanto, propôs à Mesa que, apesar da proposta não ter sido aprovada, que seja enviada na mesma para a Associação Nacional de Municípios.

Seguidamente, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino declarou que votou a favor da proposta do Sr. João Abreu devido ao facto de, tendo em conta que a proposta de lei está em fase de discussão pública, considerar que a sua remessa podia ser um bom contributo para o enriquecimento da defesa dos interesses das autarquias locais e, concretamente, do concelho de Oliveira do Hospital.

Ainda no âmbito da intervenção do Sr. João Abreu e relativamente à proposta de criação de uma comissão para ter uma reunião com o Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro sobre o Serviço de Atendimento Permanente, o Sr. Presidente da Câmara sugeriu que a mencionada comissão fosse constituída por si, pela Vereadora do Pelouro da Saúde, por um Vereador do Partido Socialista, bem como por um membro de cada partido com representação na Assembleia Municipal.

O Sr. Eng.º Carlos Inácio solicitou a palavra para esclarecer que a questão do encerramento do S.A.P. no período nocturno ainda está em estudo, bem como para referir que concorda com a constituição da comissão sugerida pelo Sr. Presidente da Câmara, devendo existir uma conversa prévia entre todos no sentido de haver uma posição conjunta.

Posta à votação a proposta de criação da comissão nos termos definidos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Interveio, em seguida, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves que, depois de esclarecer que não sabia quem transcrevia as actas, pediu que estas sejam elaboradas com mais atenção pois tem reparado que há menos cuidado na transcrição daquilo que é dito em relação a algumas pessoas, nomeadamente por haver “ques” que desaparecem de algumas intervenções.

Depois, voltou a solicitar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que clarifique quais os critérios que presidem à atribuição de subsídios pois, apesar de já ter sido apresentado como justificação o montante dos investimentos e o facto dos subsídios serem aprovados por unanimidade do Executivo, referiu, respeita esses argumentos mas presa, ainda assim, a sua liberdade. Deste modo, citou exemplos de disparidade na atribuição de subsídios a juntas de freguesia, tendo o Sr. Presidente da Câmara pedido a palavra para dar conhecimento que os mesmos são atribuídos em função do número de eleitores de cada freguesia.

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves mencionou o facto de, recorrentemente, o assunto da estrada de Vila Franca da Beira ser abordado nas sessões da Assembleia, pelo que, na sua opinião, é uma questão que

começa a ser “pesada” para este órgão. Assim, quer por este motivo, quer pelo facto de lhe parecer que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca tem alguma razão, pensa que a Câmara Municipal deve providenciar no sentido de constituir uma comissão técnica que resolva a questão de uma forma definitiva.

Referindo-se, depois, à proposta de Lei de Finanças Locais, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves recordou que existem alguns municípios que se encontram já em falência técnica, pelo que esta lei apenas vem evitar que essas situações se registem nos restantes municípios. Por outro lado, continuou, não vê qualquer inconveniente em que os financiamentos dos municípios cresçam à medida do crescimento da economia. A este propósito, lembrou também que tem sido um defensor do aumento do endividamento desta autarquia para que o concelho se desenvolva. Por fim, referiu que, na sua opinião, esta lei tem muitos aspectos positivos e alguns negativos, motivo pelo qual não se pode condenar em bloco e politicamente este diploma, antes devendo ser feita uma análise cuidada e pormenorizada.

Finalizando a sua intervenção, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves convidou todos os membros da Assembleia Municipal para estarem presentes na inauguração do monumento em homenagem ao Sr. Dr. Vasco de Campos, a ter lugar no próximo Domingo. Deu conhecimento ainda que a Editorial Moura Pinto tem patrocinado a defesa dos valores culturais, éticos e morais desta região, com a publicação de livros, com a promoção e a relevância pública, através de monumentos e placas. Neste caso concreto, concluiu, a Editorial Moura Pinto, em articulação com a Câmara Municipal, publicou as obras completas do Sr. Dr. Vasco de Campos há cerca de dois anos e, agora, realiza esta homenagem àquele que considera ser um dos maiores vultos do século passado em toda esta região.

Interveio, seguidamente, o Sr. Eng.º Carlos Inácio que começou por referir que, se determinados assuntos eram abordados em todas as sessões, era porque não eram objecto de resolução, como é o caso dos problemas ambientais: as E.T.A.R., os efluentes “a céu aberto”, a poluição dos rios Cobral e Seia, a Quinta da Ribeira, entre outros também já abordados. Ainda a este propósito, solicitou informação ao Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das Águas do Zêzere e Côa, uma vez que, no respectivo Relatório de Gestão, apenas encontrou uma referência à E.T.A.R. de Penalva de Alva.

Por fim, o Sr. Eng.º Carlos Inácio pediu alguns esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre a obra da Variante Nordeste/Nascente a Oliveira do Hospital e sobre a rotunda que foi construída na E.N. 17, na localidade do Senhor das Almas, esta última por lhe parecer que trará alguns problemas à circulação de veículos, concretamente dos pesados.

Interveio, depois, o Sr. Dr. Francisco José Garcia para fazer a seguinte declaração:

“Começo por dar os parabéns à iniciativa da Junta de Freguesia de Lagares da Beira pela organização daquela magnífica exposição “Memórias e Saberes de Lagares da Beira Século XX”, onde conseguiu juntar, na sua organização, variadas organizações e entidades. A esta exposição foi

reconhecida uma qualidade tal que foi noticiada nos órgãos de comunicação local, regional e nacional. Não podemos esquecer tudo o que ali está e acho que o próximo passo deverá ser a criação de um museu, que a Câmara Municipal deverá apoiar (e nós sabemos que o fará).

Quero, também, dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara por ter, finalmente, ouvido as solicitações a pedir que o Conselho Municipal da Juventude funcionasse, pois este já está a funcionar. E ainda bem que já funciona pois temos de criar todas as condições para que os jovens possam transmitir as suas preocupações e os seus anseios, criar condições para que os jovens possam participar activamente na busca de soluções para os seus problemas. Mas tenho que sugerir que as reuniões do Conselho Municipal de Juventude se realizem a horas que todos possamos participar pois, às dezassete ou dezoito horas, é praticamente impossível, para quem trabalha, estar presente. Proponho que as reuniões do Conselho Municipal de Juventude se possam realizar depois das vinte e uma horas e sempre às sextas ou sábados. Senão, continuaremos a ter uma “multidão” de sete pessoas presentes nas mesmas. Conheço a juventude do meu concelho. Por isso, tenho a noção que há muitos jovens disponíveis e com vontade de colaborar para o desenvolvimento da nossa terra. É pena que nem todos sejam bem acolhidos.

Também já aqui foi referido – e na comunicação social –, que o Sr. Director da Eptoliva se demitiu. Em nome desta Assembleia questiono que razões estão por detrás dessa demissão. A demissão do Sr. Director da Eptoliva, curiosamente, coincide com os conflitos internos no seio do P.S.D.. São também conhecidas as posições políticas dos intervenientes. Recomendo que se deva preservar a estabilidade da Escola, preservar a qualidade do seu ensino e a formação dos seus alunos. Portanto, que razões justificam a demissão do seu Director, conforme confirmado pelo Vereador Paulo Rocha ao Jornal Folha do Centro? Espero que o próximo Director da Eptoliva seja uma pessoa competente, dedicada, com provas dadas e que não seja demitido. São devidas explicações a esta Assembleia”.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que começou a sua intervenção para questionar, claramente, se este Governo vai ou não construir as novas instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, independentemente de haver ou não alteração da sua designação pois é uma questão que considera “perfeitamente secundária”.

Depois, lamentou o facto do Vale do Mondego estar completamente abandonado, uma zona possuidora de muita beleza, apesar dos efeitos nefastos dos incêndios que lá ocorreram. Assim, apelou à intervenção das instituições no sentido de ser preservado e potenciado o belo e histórico Vale do Mondego, desde a Ponte da Atalhada até Felgueira Velha, nomeadamente através do Programa Terrisc, permitindo a salvaguarda daquele património.

Prosseguindo, voltou a lembrar os problemas de segurança relacionados com a estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha, nomeadamente o troço dentro da freguesia de Vila Franca da Beira que, em doze anos, vitimou onze pessoas. Recordou ainda as declarações públicas do

Secretário de Estado das Obras Públicas, proferidas há cerca de um ano, sobre a intervenção naquela estrada e declarou que, se voltar a acontecer um acidente mortal naquele troço, responsabilizará, com negligência criminosa, o Secretário de Estado e a Câmara Municipal pela não rectificação daquela via.

Em seguida, referiu que não raras vezes se insinua e se diz que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital apoia a Junta de Freguesia de Vila Franca e que favorece o seu Presidente da Junta ou a sua força política. Assim, esclareceu que, como já é conhecido, em Vila Franca da Beira há duas ou três das piores ruas deste concelho e que há anos que, nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, obras importantes para a freguesia de Vila Franca transitam de ano para ano sem serem executadas. No entanto, a Câmara Municipal também tem apoiado a freguesia de Vila Franca da Beira mas tal apoio, referiu, não é mais do que o que lhe compete fazer. Continuando, lembrou que outra questão tem a ver com o facto de, se se disser que aquela freguesia não necessita de nada, bastar ler o programa do P.S.D. das últimas eleições autárquicas para verificar quais as obras que este partido entendia como necessárias para a freguesia de Vila Franca.

Por fim, o Sr. Prof. João Dinis fez a seguinte recomendação:

“Criação do “Observatório Municipal do Ambiente e dos Recursos Naturais”, presidido pelo Provedor Municipal do Ambiente e dos Recursos Naturais:

Como em geral se reconhece, são vários os problemas que surgem e alastram no domínio do ambiente e dos recursos naturais, também no nosso concelho.

A poluição de rios, ribeiros e linhas de água; a delapidação da floresta, da paisagem, de socalcos naturais ou construídos pelo Homem ao longo de séculos; a extracção ilegal de terras e areias junto aos principais cursos de água e não só; as lixeiras selvagens; este é, enfim, todo um preocupante rol de situações que é necessário e urgente atalhar, travar e inverter no bom sentido, que o futuro já reclama.

No contexto, é importante dotar o sistema com alguns instrumentos capazes de agilizar o debate sobre as situações e, bem assim, capazes de provocar outras dinâmicas sociais mais interventivas, no sentido da respectiva resolução.

Com esses objectivos, recomenda-se a criação, até ao final de dois mil e seis, por iniciativa do Executivo e com participação da Assembleia Municipal, de um “Observatório Municipal do Ambiente e dos Recursos Naturais”, a ser coordenado por um “Provedor Municipal do Ambiente e dos Recursos Naturais” enquanto personalidade independente e de reconhecida competência nestas matérias.”

Terminada a apresentação da recomendação, foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Interveio, depois, o Sr. Fernando Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, para fazer a seguinte intervenção:

“A uma semana da inauguração da remodelação e valorização do Fórum Romano da Bobadela, e depois de ter havido na comunicação social

algum debate sobre o mesmo – o que me apraz registar de importante – tenho de salientar algumas carências no modo como são analisados alguns projectos na sua fase inicial. Digo isto porque sou um homem de projecto e de planeamento na minha vida profissional. Na implantação dos mesmos projectos, períodos esses em que parece que tudo está bem, e na fase terminal se levantam questões que, por vezes até desconhecemos e nem dominamos muito bem, mas temos sempre algo a dizer. Refiro-me, concretamente, à maquete do projecto que esteve em exposição nesta Câmara Municipal para apreciação pública de todos.

Quero fazer referência à forma como, durante todo o projecto, foi estabelecida a coordenação entre as partes interessadas no mesmo e o responsável da requalificação pois, desde o início, tive sempre informação de todo o projecto e de todas as fases do mesmo, tendo sempre a possibilidade de acompanhamento em cada etapa do projecto.

Em Assembleia de Freguesia no dia trinta de Abril, esta aprovou por unanimidade que o trânsito automóvel na zona do Fórum circulasse num único sentido (descendente) pela Rua Manuel Anjos Mendes (com passagem no Fórum), e que o trânsito no sentido ascendente circulasse pela Rua João dos Santos Pestana Coelho. Posteriormente, e após uma análise com o fim de se poder resguardar o mais possível a zona do Fórum, foi decidido encaminhar o trânsito pesado do sentido descendente também para a Rua João dos Santos Pestana Coelho, ficando assim a passagem na zona do Fórum exclusiva a veículos ligeiros.

Pensamos que esta é a melhor solução para o pequeno comércio tradicional existente e a venda dos nossos produtos locais, que pretendemos fomentar, pois não podemos deixar de pensar que o que nos parece por vezes tão óbvio de resolver, não o é assim na verdade. Se queremos fomentar o turismo na nossa freguesia e na região, para mostrarmos o nosso património e o que de melhor temos das nossas gentes e da nossa gastronomia, teremos de analisar de uma forma cuidada e ponderada, com pena de podermos deixar cair, com a criação de itinerários alternativos ou circulares exteriores à freguesia, que distam muito do centro da freguesia, a verdadeira vertente para a qual estamos destinados.

Estamos, porém, sempre abertos e receptivos a novas soluções. Não existem soluções imutáveis, só aquelas em que precipitadamente por vezes, por falhas de organização e planeamento, são definidas.

Quanto ao referido pelo Sr. Carlos Mendes, quanto ao não conhecimento do IPPAR, parece-me estranho porquanto foi aquele organismo que aprovou o projecto.

Quero referir que as lajes de granito aplicadas na zona onde está estipulado passar só um sentido de trânsito têm as dimensões de 25 cm X 75 cm X 12,5 cm. Estamos a falar de espessuras enormes. Também temos lajes de 100 cm X 75 cm, 120 cm X 75 cm, 75 cm X 75 cm.

Quero referir que, com esta requalificação, o concelho ficou com mais uma valência na área cultural, pois uma requalificação deste tipo deixa-nos a todos satisfeitos, independentemente da área geográfica a que pertençamos.

Não quero deixar de referir as palavras do Arquitecto Dias Coelho sobre o trânsito na zona do Fórum:

“Concebeu-se a nova pavimentação da via com uma fundação própria para absorção do impacto da circulação e garantiu-se, através da descontinuidade de materiais de pavimento, a substancial redução de velocidade de circulação”. A este respeito, quero lançar ao Executivo um desafio: que seja efectuado um passeio lateral na entrada da freguesia, sentido Oliveira / Bobadela, que iria contribuir para que o trânsito se efectuasse mais lentamente, contribuindo deste modo para uma aproximação mais gradual à zona arquitectónica, conforme já foi defendido por elementos desta vereação.

Não quero deixar de referir um evento, já realizado no requalificado Fórum Romano, que serviu de teste da nova iluminação. Estou a referir-me a um desfile de moda realizado pelos formandos do Curso de Modelagem Industrial e Modistas, promovido pela Anivec/Apiv/Cenatex, onde criadores e modelos puderam mostrar as patentes capacidades deste novo espaço.

Não posso deixar de agradecer à Rádio Boa Nova, o ter colocado na sua edição on-line fotos deste evento, bem como uma reportagem sobre o mesmo. O meu muito obrigado. Informação de qualidade também se faz assim.

Quero terminar aproveitando esta oportunidade para fazer um convite a todos os presentes para estarem no dia oito de Julho, sábado, por volta das dezoito horas, na cerimónia de Inauguração da Remodelação e Valorização do Fórum Romano.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que, relativamente aos votos de louvor hoje aprovados sobre os êxitos desportivos, referiu que tais vitórias apenas vêm comprovar que, ao invés do que se tem afirmado, a Câmara Municipal tem, efectivamente, uma política de desporto.

Também no que concerne ao Fórum Romano da Bobadela, referiu, como a oposição não encontrou qualquer defeito na obra, teve que arranjar um pretexto para falar daquele investimento de forma negativa, ou seja, através da questão do trânsito.

No que respeita à intervenção do Sr. António Lopes sobre a Rua do Colégio, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, tal como admite que os membros da Assembleia Municipal tenham os seus pontos de vista, estes também têm que aceitar que o Presidente da Câmara não tem que pensar da mesma forma.

Referindo-se, depois, aos problemas existentes nas E.T.A.R. – recorrentes em todo o País –, esclareceu que em grande parte deve-se às muitas ligações de águas pluviais aos colectores de saneamento, o que origina ao grande aumento do caudal dos efluentes, incapacitando aqueles equipamentos. Ainda no que respeita a esta questão, informou que a E.T.A.R. de Penalva de Alva era a única constante do Relatório de Contas das Águas do Zêzere e Côa porque a obra já tinha sido adjudicada pela Câmara Municipal, pelo que só foi necessário fazer um auto de cessão da empreitada.

Aguarda, no entanto, que aquela empresa avance urgentemente com os procedimentos necessários à execução das restantes infra-estruturas do concelho, o que tem sido atrasado devido ao facto de ter havido substituições na Administração da mesma.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, referindo-se às questões colocadas relativamente à Eptoliva, declarou o seguinte:

“Eu vou dizer aqui aquilo que disse em reunião do Executivo:

Primeiro: o Presidente da Câmara não tem nada a ver com a Eptoliva porque, quem tem a ver com a Eptoliva, é o Sr. Director da Adeptoliva, em quem o Sr. Presidente da Câmara delegou e que é o Sr. Dr. Paulo Rocha. Ele é que é o Director da Adeptoliva e ele, conjuntamente com os responsáveis indicados pela Câmara de Tábua e pela Câmara de Arganil, é que tomam as decisões.

Mas, eu quero dizer-vos aqui uma coisa claramente, porque eu sou frontal naquilo que digo e disse isto em reunião do Executivo: o Sr. Director da Eptoliva, se fizesse comigo aquilo que fez quando, por altura da Páscoa, foi de férias sem deixar o principal dossier da escola preparado para ser entregue na D.R.E.C. com vista à aprovação dos novos cursos... Se ele tivesse feito uma coisa dessas comigo e se eu fosse o Director da Adeptoliva – como alguns me querem fazer –, tinha-o demitido na mesma hora. Quando regressasse de férias, já não era Director da Eptoliva.

É bom que as pessoas saibam disto, que é para não se andar aí a fazer demagogia, com escritos e mais escritinhos, a dizer que é por causa disto, que é por causa daquilo, que é por causa de questões políticas... Não há questões políticas nenhuma. Há aqui questões meramente profissionais.

Eu disse isto no Executivo: comigo, o Director da Eptoliva, quando chegasse de férias, já estava demitido.

É para sermos claros sobre esta matéria.

E, por isso, o Sr. Director da Adeptoliva – que não sou eu – concerteza vai encontrar aquilo que será a melhor solução para a Escola, para que a Escola funcione com estabilidade e para que, não só funcione com estabilidade, como também a formação dada na Escola tenha qualidade. E isso é que é importante”.

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Câmara informou, tendo sido contactado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira para lhe dar conhecimento que um grupo de jovens da Póvoa de São Cosme pretendia utilizar as instalações da escola primária para as suas actividades, sugeriu que contactassem a Associação daquela localidade nesse mesmo sentido, uma vez que o edifício solicitado não possuía as melhores condições.

No que diz respeito à questão levantada quanto ao encerramento da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Vilela e às condições da Escola de Nogueira do Cravo para acolher todas as crianças, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento que este edifício vai ser alvo de uma intervenção global no sentido de acautelar esta situação. Assim, concluiu, os alunos vão ter, seguramente, melhores condições do que tinham em Vilela, quer em termos de instalações, quer em termos pedagógicos.

Quanto aos incêndios florestais, deu conhecimento que, há poucos dias, foi publicada nova legislação sobre a matéria e que, finalmente, é retirada às autarquias locais a responsabilidade de limpeza das zonas de protecção dos núcleos urbanos, recaindo agora sobre os seus proprietários. Além disso, são introduzidas alterações no que diz respeito ao lançamento de foguetes e é atribuída às Câmaras Municipais a competência para a sua autorização. Ainda no que respeita à problemática dos incêndios, o Sr. Presidente da Câmara lembrou que a grande morosidade na execução das obras ou na aquisição de equipamento se deve também aos procedimentos administrativos que têm que ser observados nos diversos concursos. Por fim, deu conhecimento que, no próximo ano e independentemente da aprovação ou não da candidatura que pretende apresentar para intervenção na zona norte do concelho, a Câmara Municipal irá proceder à aquisição de uma viatura, à construção de pontos de água e à limpeza das faixas de protecção naquela área.

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento que ele e os Presidentes das Câmaras Municipais de Arganil e Tábua enviaram, a S.E. o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, um pedido de marcação de audiência tendo em vista a análise do ponto de situação da execução dos I.C. 6 e 7, bem como de outros assuntos relacionados com as ligações rodoviárias inter-municipais.

Referindo-se, depois, aos critérios de atribuição de subsídios, esclareceu que não tem qualquer problema em prestar todas as informações solicitadas pois a gestão da Câmara Municipal sempre foi e é transparente.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara clarificou que também ele quer que a obra da Variante Nordeste / Nascente a Oliveira do Hospital seja concluída rapidamente, faltando apenas fazer algumas correcções.

No que respeita à rotunda executada na localidade do Senhor das Almas, esclareceu que a Câmara Municipal nada tem a ver com a obra, uma vez que esta foi uma exigência feita pela Direcção de Estradas a um promotor imobiliário.

Referindo-se, depois, à intervenção que o Sr. Dr. Francisco José Garcia fez acerca do Conselho Municipal da Juventude, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que tem todo o gosto em ouvir e em falar com a juventude e que o horário das reuniões tem sido acordado entre os jovens participantes nas mesmas.

Quanto à referência feita pelo Sr. Prof. João Dinis sobre a aplicação do Programa Terrisc na preservação dos socacos da zona norte, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento que este encontra-se em execução na zona sul do concelho – na freguesia de Aldeia das Dez – por iniciativa do Sr. Prof. Doutor Luciano Lourenço e com o apoio do Município.

No que respeita à estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha, concretamente ao troço dentro da localidade de Vila Franca, o Sr. Presidente da Câmara, não minimizando o infortúnio das mortes ocorridas na mesma, lembrou que os acidentes se deveram ao desrespeito das regras de prioridade e ao excesso de velocidade, e verificaram-se sobretudo com pessoas da zona.

Ainda quanto à necessidade de requalificação profunda da referida estrada, deu conhecimento que os Serviços Técnicos já elaboraram as estimativas para três hipóteses de intervenção mas que, atendendo aos elevados custos – qualquer que seja a opção tomada –, tenciona obter a anuência do Secretário de Estado das Obras Públicas para a celebração de um contrato-programa com o Governo para o co-financiamento deste investimento prioritário.

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
03.MAI	Assinatura de Protocolo do Lar do Ervedal da Beira
03.MAI	Entrega de hardware ao Pré-Escolar - Salão Nobre da Câmara Municipal
04.MAI	Tomada de Posse do Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra
10.MAI	Seminário “As oportunidades de emprego na região - EBI do Vale do Alva
11.MAI	Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral - Coimbra
12.MAI	Reunião do PDM com Eng. Fortuna
16.MAI	Reunião de Direcção da ADESA - Penacova
17.MAI	Reunião sobre QREN Regional - Sertã
17.MAI	Reunião com Presidentes de Junta – Animação de Praias Fluviais
18.MAI	Seminário “Saber comer para bem viver – a obesidade na infância”, da FAAD – Casa da Cultura
19.MAI	Seminário “As oportunidades de emprego na região - EBI da Cordinha
20.MAI	XVII Aniversário do Centro Social e Paroquial de Ervedal da Beira, com lançamento da primeira pedra do Lar do Ervedal
23.MAI	Reunião do PDM
24.MAI	Sessão Pública do PROT-C – Solar Vinho do Dão
24.MAI	Conselho Municipal da Juventude
25.MAI	Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral - Coimbra
28.MAI	Concerto António Teobaldo Rodrigues - Avô
28.MAI	Jubileu da Igreja de Nogueira do Cravo
01.JUN	Reunião com Obra D. Josefina da Fonseca
02.JUN	Colóquio “Uma abordagem ambiental do Rio Alva” – Biblioteca de Arganil
05.JUN	Reunião com Dr. Rui Jacinto, da CCDR-C
05.JUN	Assinatura de Contrato das Águas do Zêzere e Côa - Espinho
06.JUN	Abertura do Fórum CPCJ – Salão Nobre da Câmara Municipal

08.JUN	Reunião com Presidente das Águas do Zêzere e Côa
14.JUN	Recepção às Selecções Femininas de Basquetebol – Salão Nobre
16.JUN	Conselho Municipal da Juventude – Apresentação da Semana da Juventude
17.JUN	Inauguração da CCAM
20.JUN	Reunião com Associação de Futebol de Lagares da Beira
20.JUN	Visita às obras da Santa Casa da Misericórdia de Galizes
23.JUN	Reunião com FCOH
24.JUN	Exposição “Memórias e Saberes de Lagares” – Ludoteca de Lagares da Beira
26.JUN	Assembleia Distrital de Coimbra
28.JUN	Abertura do Seminário “Novos Desafios... Novas Atitudes...” – I EXPO Social
28.JUN	Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

- Projecto Ponto de Situação
- Beneficiação, rectificação e pavimentação da estrada Aldeia das Dez / Avelar / Alvôco das Várzeas - Apresentado o pedido de pagamento final e o respectivo relatório final de execução à Medida I.1 do PO Centro.
 - URBCOM - Encerradas as fases de candidaturas individuais (Foram apenas apresentadas 6 candidaturas).
 - Rectificação e pavimentação do caminho Alentejo / Alvôco das Várzeas - Apresentada candidatura à Medida I.1 do PO Centro.
 - Saneamento a Digueifel - Apresentada candidatura à Medida I.1 do PO Centro.
 - Acção de formação para funcionários e agentes do Município, bem como para eleitos das Juntas de Freguesia, seus funcionários e agentes.- Apresentada candidatura à Medida I.6 do PO Centro (FORAL)
 - Formação-acção de melhoria do sistema de gestão documental do Município - Apresentada candidatura à Medida I.6 do PO Centro (FORAL)
 - Vigilância móvel, silvicultura preventiva e sensibilização - Apresentada candidatura ao Fundo Florestal Permanente

Depois, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apresentação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios – tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que haverá a necessidade de serem feitas algumas alterações ao mencionado Plano, decorrentes da entrada em vigor da lei a que se referiu nesta sessão.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º José Carlos Marques Silva, responsável pelo Gabinete Técnico Florestal, que começou por dar conhecimento que os Planos de Defesa da Floresta foram criados pelo Decreto-Lei nº 156/2004, de 30 de Junho, agora alterado pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho. Estes Planos têm como objectivo a defesa da floresta contra incêndios através do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas. A sua coordenação e gestão são da competência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, enquanto que a execução será feita pelas diferentes entidades envolvidas na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), pelos proprietários e outros produtores florestais.

Informou também que o PMDFCI obedece ao Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e ao Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF). Por outro lado, os Planos têm uma estrutura-tipo, definida pela Portaria nº 1185/2004, de 15 de Setembro, e que é a seguinte:

- Enquadramento do plano e caracterização geral do território;
- Análise do Risco, da vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território;
- Definição dos objectivos temporais do plano e quantificação das metas a atingir nos próximos cinco anos;
- Programas de acção no âmbito da defesa da floresta contra incêndios;
- Cronograma e avaliação financeira das intervenções preconizadas nos programas de acção;
- Mecanismos e procedimentos de articulação e avaliação e revisão do sistema;

Seguidamente, o Sr. Eng.º José Carlos Silva procedeu à apresentação do Plano, com a abordagem dos seguintes tópicos:

- Caracterização do concelho;
- Caracterização demográfica;
- Caracterização física;
- Solo e coberto vegetal;
- Análise do histórico e casualidade dos incêndios florestais;
- Infra-estruturas florestais de defesa da floresta contra incêndios;
- Identificação das faixas de gestão de combustíveis;
- Entidades responsáveis pela execução das faixas de redução de combustíveis;
- Meios e recursos disponíveis de vigilância, detecção, primeira intervenção e combate;
- Definição dos objectivos e metas a atingir nos próximos cinco anos;
- Objectivos temporais do Plano e quantificação das metas a atingir nos próximos cinco anos;
- Programas de Acção;

- Carta Síntese das intervenções preconizadas nos Programas de Acção com revisão anual;
- Programa Operacional Municipal.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento que a Câmara apresentou um pedido de financiamento ao Instituto de Emprego e Formação Profissional para a execução de um Programa de Actividade Ocupacional para Trabalhadores Subsidiados prestarem serviço no âmbito da vigilância florestal e silvicultura preventiva. Por outro lado, também foi apresentada candidatura para a constituição de duas equipas de sapadores florestais, cuja decisão também se aguarda.

Depois, tomou a palavra o Sr. António Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, que começou por demonstrar a sua indignação pelo facto de alguns membros da Assembleia Municipal e a comunicação social terem abandonado a sessão assim que se iniciou a apresentação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Seguidamente, recordou com alguma emoção o grande incêndio que ocorreu em Aldeia das Dez no ano transacto e deu conhecimento dos meios de combate que se encontram a preparar naquela freguesia, que já tem um terço da área florestal ardida. Pediu, depois, que a vigilância e prevenção tenham especial incidência na zona sul do concelho, por ser das de maior risco de incêndio e pelo facto da floresta ser a maior riqueza da freguesia de Aldeia das Dez.

Interveio, depois, o Sr. Prof. João Dinis que começou por referir que a questão da floresta é um dos assuntos mais estratégicos que o concelho, a região e o país têm, por motivos ambientais, económicos, de segurança de bens e de pessoas, entre outros. Por outro lado, considerou que houve progressos em relação ao que existia há quatro anos, citando como exemplos o caso da existência do Gabinete Técnico Florestal, os Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios e a apresentação/aprovação de candidaturas, mas ressaltou a necessidade de se conseguir mais, como a aprovação da candidatura do AGRIS para a zona norte do concelho. Por fim, atendendo aos graves incêndios que se têm verificado na zona da Cordinha, bem como à falta de meios para uma silvicultura preventiva eficaz, propôs que seja feita uma reunião entre os presidentes das juntas de freguesia e quem orientará as acções no terreno em caso de incêndio (para coordenação de actuações), e que seja prestado o devido apoio aos meios locais das populações.

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Eng.º Carlos Inácio que, depois de ter referido que lhe parecia que o Plano apresentado estaria bem elaborado, fez votos que a época crítica que se aproxima seja ultrapassada sem o registo de grandes incêndios no concelho. Depois, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, disse que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves tem muito mais amor pela sua terra do que o Sr. António Dinis terá, eventualmente, por Aldeia das Dez. Concluindo, referiu ainda que o Sr. António Dinis não devia ter falado das pessoas que já não estavam na sala; devia tê-lo feito quanto ainda se encontravam presentes, “cara na cara e olhos nos olhos”.

Interveio, em seguida, o Sr. Carlos Mendes para lembrar que a questão da floresta é, sobretudo, uma questão económica, ligada ao rendimento que as diversas espécies de árvores podem dar origem. Deste modo, verifica-se que espécies como os eucaliptos – de crescimento rápido – vão tomando o lugar das folhosas, com todos os danos que daí advêm. Assim, concluiu, espera que a implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e das Zonas de Intervenção Florestal venham contrariar esta prática, permitindo a requalificação e a salvaguarda da floresta no concelho.

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara prestou ainda algumas informações sobre o modo como vai ser feita a coordenação dos meios com as entidades envolvidas e declarou que o município tudo vai fazer para que, através deste planeamento, a floresta seja devidamente defendida contra os incêndios.

Em seguida, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo duas horas, o Sr. Dr. Simões Saraiva declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____